

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 18 DE ABRIL DE 2000

**Dispõe sobre critérios para o exercício de
Função Comissionada no Superior Tribunal de
Justiça**

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX do Regimento Interno, e considerando o disposto no art. 9º c/c o art. 19 da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, "ad referendum" do Conselho de Administração, RESOLVE:

Art. 1º As Funções Comissionadas (FC), integrantes do Quadro de Pessoal, escalonadas de FC-01 a FC-10, compreendem as atividades de Direção, Chefia, Assessoramento e Assistência.

§ 1º As FC-06 a FC-10 compreendem as atividades de Direção, Chefia e Assessoramento e serão exercidas, preferencialmente, por servidores das carreiras judiciárias, sendo consideradas como cargo em comissão quando seus ocupantes não tiverem vínculo efetivo com a Administração Pública.

§ 2º As FC-01 a FC-05 compreendem as atividades de Assistência e, pelo menos, 90% delas serão exercidas por ocupantes de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º As funções de Direção, Chefia e Assessoramento requerem de seus ocupantes escolaridade e experiência compatíveis, de acordo com ato do Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 3º As Funções Comissionadas serão exercidas, preferentemente, por ocupantes de cargo efetivo que tenham atribuições correlacionadas com as atividades a serem desenvolvidas.

Art. 4º As Funções Comissionadas constantes do Anexo desta Resolução serão exercidas privativamente por Bacharel em Direito.

Art. 5º A investidura nas Funções Comissionadas de Diretor-Geral, Secretário-Geral da Presidência, Assessor de Ministro e Coordenador da Corte Especial, das Seções e das Turmas rege-se pelas regras do art. 320, do parágrafo único dos artigos 316 e 322, e do § 2º do artigo 325 do Regimento Interno.

Art. 6º As disposições contidas nesta Resolução aplicam-se integralmente aos substitutos dos titulares de Função Comissionada, exceção feita, quanto ao artigo 4º, ao substituto de Diretor de Divisão ou Chefe de Seção.

Art. 7º Ficam resguardadas as situações constituídas até a data da publicação desta Resolução.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se a [Resolução nº 04, de 20 de agosto de 1999](#), e demais disposições em contrário.

MINISTRO PAULO COSTA LEITE

ANEXO

(Resolução nº 3, de 18 de abril de 200)

| UNIDADE | NÍVEL | DENOMINAÇÃO |
|--|---|--|
| Gabinete da Presidência | FC-09 | Assessor da Presidência |
| Gabinete da Vice-Presidência | FC-09 | Assessor de Ministro |
| Gabinete de Ministro | FC-09 | Assessor de Ministro |
| Gabinete do Ministro Diretor da Revista | FC-09 FC-08 | Assessor de Ministro Oficial de Gabinete |
| Assessoria das Comissões Permanentes de Ministro | FC-09 | Assessor de Ministro |
| Corte Especial | FC-08 FC-07 | Coordenador Diretor de Divisão |
| Seções 1ª, 2ª e 3ª | FC-08 FC-07 | Coordenador Diretor de Divisão |
| Turmas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, e 6ª | FC-08 FC-07 | Coordenador Diretor de Divisão |
| Assessoria Jurídica do Diretor-Geral | FC-08 | Assessor "A" |
| Comissões Permanentes Administrativas - Processo Disciplinar | FC-07 | Assessor "B" |
| Secretaria de Jurisprudência | FC-09 FC-07 FC-06 | Secretário Diretor de Divisão Chefe de Seção, exceto a Seção de Manutenção de Bases de Dados |
| Secretaria Judiciária | FC-09 FC-08 FC-07 FC-07 FC-06 | Secretário Subsecretário Assessor "B" Diretor de Divisão Chefe de Seção |
| Secretaria de Recursos Humanos | FC-07 FC-06 | Diretor da Divisão de Legislação de Pessoal Chefe da Seção de Legislação e Jurisprudência |